



**UM ESTUDO DA VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO LIAME  
PREPOSICIONAL EM CONSTRUÇÕES [V<sub>DAR</sub> + PREPOSIÇÃO +  
V<sub>INFINITIVO</sub>] NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

**A STUDY OF LINGUISTIC VARIATION IN PREPOSITIONAL  
LINK IN CONSTRUCTIONS [V<sub>DAR</sub> + PREPOSITION + V<sub>INFINITIVE</sub>] IN  
BRAZILIAN PORTUGUESE**

*Sueli Maria Coelho*<sup>1</sup>

*Silmara Eliza de Paula Silva*<sup>2</sup>

**RESUMO**

Tendo como sintaxe de busca a estrutura [V<sub>DAR</sub> + PREPOSIÇÃO + V<sub>INFINITIVO</sub>], esta pesquisa analisou 1.141 ocorrências do verbo DAR, na língua portuguesa, coletadas no sítio *Corpus do Português*, do século XVIII ao século XX. De posse desses dados, dedicamo-nos a categorizar as construções e a investigar em que medida elas apresentam diferenças substanciais, já que nos pareciam formalmente idênticas. Buscamos ainda identificar suas principais funções linguísticas, bem como explorar possíveis contextos de variação entre elas. Para alcançar tais objetivos, apoiamos-nos teoricamente no modelo da Gramática de Construções, mais especificamente no *Princípio da Não-Sinonímia* (cf. BOLINGER 1968; HAIMAN 1985; CLARK 1987; GOLDBERG, 1995), e adotamos uma metodologia de interface entre a gramaticalização de construções e construcionalização, nos termos de Traugott; Trousdale (2013), e a sociolinguística laboviana (NEVALAINEN e PALANDER, 2012; POPLACK 2012). Nossos resultados evidenciam quatro tipos de construções com o verbo DAR: (i) mesoconstruções, (ii) construções de estrutura cristalizada, (iii) construções aspectuais e (iv) construções modais. Além disso, acusaram um contexto de variação possível apenas nas construções aspectuais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gramática de Construções; variação linguística; verbo DAR; preposição.

1 Doutora em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da UFMG. [sucoelho@ufmg.br](mailto:sucoelho@ufmg.br)

2 Mestre em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais. [silmara.eliza@gmail.com](mailto:silmara.eliza@gmail.com).



## ABSTRACT

This research analyzed 1,141 occurrences of the DAR verb in the Portuguese language, collected on the site “Corpus do Português”, from the 18th to the 20th century using the  $V_{\text{DAR}} + \text{PREPOSITION} + V_{\text{INFINITIVE}}$  structure as the search syntax. After collecting the data in the corpus, we set out to categorize the constructions and investigate the substantial differences they presented, since they seemed to us formally identical. We also try to identify their main linguistic functions, as well as to explore possible contexts of variation between them. In order to achieve these objectives, we theoretically supported the model of the Constructions Grammar, more specifically in the Principle of Non-Synonymy (BOLINGER 1968; HAIMAN 1985; CLARK 1987; GOLDBERG, 1995), and we adopted an interface methodology between gramaticalization of construction and constructionalization, in the terms of Traugott; Trousdale (2013), and a sociolinguistic Labovian (NEVALAINEN and PALANDER, 2012; POPLACK 2012). Our results show four types of constructions with the verb DAR: (i) mesoconstructions, (ii) constructions of crystallized structure, (iii) aspectual constructions and (iv) modal constructions. In addition, the data accounted for a context of possible variation only in aspectual constructs.

**KEYWORDS:** Construction Grammar; linguistic variation; verb DAR; preposition.

## Considerações iniciais

O verbo DAR é não só um dos mais produtivos da língua portuguesa, como também uma daquelas formas que protagonizam um sem-número de usos linguísticos, quer em seu exercício como item lexical, quer como item gramatical. Dispor-se a pesquisá-lo implica, pois, estar disposto a delimitar estritamente os contextos de análise e, ainda assim, incorrer no risco de não conseguir abarcar todas as suas potencialidades ou mesmo categorizar toda a gama de usos identificados. Assumindo esse risco, este estudo se propõe a estudar o verbo *dar* em contextos sintáticos em que ele coocorre com uma preposição e com uma forma nominal de infinitivo, tal como ilustram os exemplos a seguir<sup>3</sup>:

- (1) Os líderes da oposição deram a entender que não apoiariam os projetos governistas. (mesoconstrução)
- (2) Toda manhã, antes de sair para o trabalho, o homem dava de comer aos passarinhos (construção cristalizada).
- (3) De uns tempos para cá, João deu de/para agir como se não me conhecesse (construção aspectual).
- (4) Não dá para acreditar no que aconteceu com aquelas pessoas (construção modal).

Uma análise pouco pretensiosa dos enunciados acima – cujas ocorrências em itálico são facilmente identificadas em *corpus*, restringindo-se a consulta dos colocados a [VERBO DAR]

---

<sup>3</sup> Os dados deste trabalho que não aparecem referenciados devem ser considerados como dados de intuição no sentido de que foram construídos com base na intuição de falante, não tendo sido coletados em *corpus*.

+ [PREP] + [INFINITIVO] – já é suficiente para nos permitir chegar a algumas sistematizações iniciais:

- (i) trata-se de *construções* da língua portuguesa, já que, conforme Goldberg (1995), são unidades linguísticas cujo significado não pode ser inferido a partir da soma das formas que as compõem, resultando, pois, de um pareamento entre forma e significado;
- (ii) trata-se de *construções distintas*, uma vez que não há uma identidade funcional entre elas;
- (iii) trata-se de construções que desempenham funções lexicais (cf. 1 e 2) e funções gramaticais (cf. 3 e 4);
- (iv) trata-se de construções que apresentam contextos de variação e contextos de distribuição complementar.

Focalizando, inicialmente, as lentes de nossa análise nas duas macrofunções delimitadas, a saber, lexical e gramatical, percebemos que as especificidades identificadas no conjunto também se replicam no interior desses domínios. Assim, a construção destacada em (1), denominada neste trabalho de mesoconstrução, aproxima-se daquela ilustrada em (2), construções cristalizadas, pelo fato de ambas poderem ser substituídas por uma forma verbal simples, respectivamente, “sugerir/insinuar” e “alimentar”, mas se distancia dela não só pelo fato de o liame preposicional ser distinto, como também porque a construção de (2) já está dicionarizada como uma forma fixa da língua, ao passo que a de (1) não está. Ademais, Bechara (1999) observa que, no caso da construção em (2), “o complemento formado por *de* e um infinitivo é, na sua origem, de caráter adjetivo” (p. 521), o que não se observa em (1)<sup>4</sup>. Em se tratando das construções ilustradas em (3) e em (4), construções aspectuais e modais, respectivamente, há também diferenças não apenas funcionais, como também de forma, as quais serão descritas e analisadas ao longo de nossa análise. Por ora, contentemo-nos apenas em registrar que a construção destacada em (3) é aspectual, dado que marca uma mudança no estado de coisas que passa a recorrer no curso de um evento, enquanto a construção em (4) é modal, uma vez que traduz a atitude do falante em relação à (im)possibilidade de efetivação do evento expresso pelo verbo *acreditar*. Além disso, numa análise preliminar, a construção aspectual parece ser a única passível de variação no liame preposicional.

Delimitado nosso objeto de estudo e apresentadas algumas de suas especificidades, o que justifica o nosso empreendimento nesta causa, pretendemos, nos limites deste texto, analisar as construções que têm o verbo DAR como auxiliar seguido de preposição + forma nominal de

---

<sup>4</sup> O gramático ora referenciado registra ainda a possibilidade de alternância entre as preposições *de* e *a* (*dar a comer*), a qual é explicada por alguns autores como sendo uma imitação do francês. Tal variação, contudo, não foi identificada em nossos dados e não nos soa natural no Português do Brasil, embora possa sê-lo no Português Europeu.

infinitivo, buscando responder às seguintes questões-problemas: (i) as construções ilustradas de (01) a (04) são formalmente idênticas ou distinguem-se em termos sintáticos e pragmáticos?; (ii) em qual(is) construção(ões) é possível identificar variação linguística no que toca ao emprego do liame preposicional?; (iii) que fator(es) estaria(m) motivando tal variação? Partimos da hipótese de que as construções lexicais distinguem-se entre si prioritariamente quanto ao tipo de liame preposicional, enquanto as construções gramaticais diferenciar-se-iam tanto em relação ao liame preposicional, quanto em relação à sintaxe, o que, segundo o *Princípio da não-sinonímia* (cf. BOLINGER 1968; HAIMAN 1985; CLARK 1987; GOLDBERG, 1995), explicaria as funcionalidades distintas. Além disso, presumimos que a variação linguística decorrente da alternância entre as preposições que ligam o auxiliar à forma principal seja limitada a algumas dessas construções e decorrente de fatores históricos, cognitivos e sintáticos.

No intuito de alcançar os objetivos ora propostos, empreendemos um estudo de natureza diacrônica cuja análise compreendeu os séculos XVIII, XIX e XX. Para julgar a adequação de nossas hipóteses, apoiamos-nos teoricamente no modelo da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995) e adotamos uma metodologia de interface entre a gramaticalização de construções e a construcionalização, nos termos de Traugott; Trousdale (2013) e a sociolinguística laboviana (NEVALAINEN e PALANDER, 2012; POPLACK 2012). Os resultados de nossa pesquisa estão aqui apresentados da seguinte maneira: na primeira seção, situamos nosso quadro teórico, estabelecendo alguns conceitos que nortearam nossa análise; na segunda seção, dedicamo-nos à descrição da metodologia adotada; na terceira seção, apresentamos e discutimos nossos resultados, ao que se seguem nossas considerações finais.

## **1. A guisa de uma definição terminológica.**

### **1.1 O conceito de *construção***

Goldberg (1995), um dos expoentes da Gramática de Construções (GC), defende que as *construções* são as unidades básicas da língua e que, portanto, devem ser reconhecidas como entidades teóricas essenciais para a descrição linguística. O que determina, contudo, uma construção não é o seu tamanho, já que tanto um morfema quanto um sintagma, por exemplo, podem ser compreendidos como tais. Fica claro, com isso, que, segundo essa abordagem teórica, não se concebe uma divisão polarizada entre léxico e gramática<sup>5</sup>, tampouco entre semântica e pragmática. Assim, o que irá definir uma construção será prioritariamente a relação simbólica estabelecida entre uma forma e o sentido por ela evocado. Nessa perspectiva,

---

<sup>5</sup> Desse princípio advêm duas implicaturas básicas: (i) construções morfológicas e construções sintáticas diferem-se apenas em complexidade interna; (ii) o léxico não é o reduto de idiossincrasias, nem apêndice da gramática.

padrões frasais são considerados construções se alguma coisa sobre a sua forma ou significado não é estritamente previsível a partir das propriedades de suas partes componentes ou de outras construções. Isto é, uma construção é colocada na gramática somente se puder ser demonstrado que seu significado e/ou sua forma não é composicionalmente derivado de outras construções existentes na língua<sup>6</sup> (p. 4, tradução nossa).

Assumindo a tese de Bolinger (1968) segundo a qual uma diferença na forma sintática implica necessariamente uma diferença de significado, Goldberg (1995) se dispõe a estudar as construções de estrutura argumental e conclui que diferenças sistemáticas de significado entre a mesma forma verbal, em diferentes contextos de uso, decorrem de particularidades das próprias construções. Essa máxima encontra-se sistematizada no *Princípio da não-sinonímia das formas gramaticais*:

Se duas construções são sintaticamente distintas, elas devem ser semântica ou pragmaticamente distintas (CF. Bolinger, 1968; Haiman, 1985a; Clark, 1987; MacWhinney, 1989). [...]

Corolário A: Se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas não devem ser pragmaticamente sinônimas.

Corolário B: Se duas construções são sintaticamente distintas e pragmaticamente sinônimas, então elas não devem ser semanticamente sinônimas. (GOLDBERG, 1995, p. 67, tradução nossa)<sup>7</sup>

Considerando as construções como pareamento de forma e sentido, conforme proposto por Goldberg (1995; 2006), Traugott; Trousdale (2013) definem que as construções exibem distinções em termos de esquematicidade (o grau de generalização/especificidade dos traços de forma e sentido), produtividade (a frequência com a qual ocorrem) e composicionalidade (o grau de conexão de suas subpartes). Neste sentido, na esfera dos estudos funcionalistas, o contexto tem papel de destaque e é motivado, dentre outros fatores, pela incorporação da abordagem construcional a esses estudos, na perspectiva da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). O contexto assinala instabilidades no sistema linguístico, permitindo inferências polissêmicas e ambiguidades que permitem que essas instabilidades se instalem nas subpartes ou no todo, provocando, dessa forma, variações e possíveis mudanças, podendo convencionalizar novas construções e expandir os contextos. Tal contexto de mudança se regulariza, podendo instaurar novamente o processo de variação. Essa mesma rede construcional, com forma e sentido semelhantes, podem ser tomadas como fatores contextuais importantes para

6 Do original: “Phrasal patterns are considered a construction if something about their form or meaning is not strictly predictable from the properties of their component parts or from other constructions. That is, a construction is posited in the grammar if it can be shown that its meaning and/or its form is not compositionally derived from other constructions existing in the language” (GOLDBERG, 1995, p. 4).

7 Do original: “If two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct (cf. Bolinger 1968; Haiman 1985a; Clark 1987; MacWhinney 1989). [...] Corollary A: If two constructions are syntactically distinct and (semantically)-synonymous. Then they must not be P(ragmatically)-synonymous. Corollary B: If two constructions are syntactically distinct and P-synonymous, then they must not be S-synonymous” (GOLDBERG, 1995, p. 67).

a formação de modelos ou atratores analógicos, nos termos de Fischer (2009). Isso possibilita que uma rede tenha modelos prototípicos e outros mais marginais.

Quando temos uma análise construcional não mais se observa a atuação de um item isoladamente, o que ocorre são alterações quanto a aspectos na forma da construção (fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos), quanto no conteúdo (função, semântica, pragmática). Traugott; Trousdale (2013) distinguem dois processos de mudança para as construções gramaticais: a mudança construcional e a construcionalização. Para os autores, mudança construcional é entendida como a mudança que afeta uma dimensão interna de uma construção, não envolvendo a criação de uma nova construção. Conforme esse entendimento, há mudança construcional quando ocorre alteração na forma ou no conteúdo de uma mesma construção mantendo a mesma função.

Construcionalização é definida em Traugott; Trousdale (2013) como a criação de um novo pareamento forma-função – ou seja, uma nova construção –, constituindo um novo nó na rede. Esse processo envolve mudanças no grau de esquematicidade, de produtividade e de composicionalidade e resulta sempre da sucessão de micropassos, o que implica gradualidade. Como exemplo de construcionalização, Traugott; Trousdale apresentam o caso de a lot of + N, em que o primeiro elemento passou de partitivo para quantificador. Conforme os autores, nesse processo, a mudança afetou tanto a forma quanto a função. Na primeira, ocorreu rearranjo sintático entre N1 (lot) e N2 (de [a lot] + [of N] para [a lot of] + [N]). Na segunda, houve uma mudança no significado de N1 que passou de quantificador a intensificador.

## 1.2 Categorias semânticas de modo e de aspecto

No conjunto das partes do discurso, o *verbo* é, sem dúvida, a classe que dispõe do paradigma flexional mais vasto. Abundam, assim, categorias gramaticais por ele expressas: tempo, modo, número, pessoa, voz e aspecto. Algumas dessas categorias são expressas morfológicamente por meio de desinências (número-pessoal e modo-temporal), enquanto outras só podem ser expressas analiticamente, por meio de recursos de natureza sintática ou morfossintática. Considerando-se os limites de nosso estudo e o propósito desta seção, vamos nos limitar a tratar das categorias de modo/modalidade e de aspecto.

Segundo Dubois (1973), “*modo* é uma categoria gramatical, em geral associada ao verbo, e que traduz (1) o tipo de comunicação instituído pelo falante entre ele e seu interlocutor (estatuto da frase) ou (2) a atitude do falante com relação aos seus próprios enunciados<sup>8</sup>” (p. 415). Assim, o *modo* ou *modalidade* da frase pode se manifestar tanto por meio das desinências que codificam os modos verbais – (i) *indicativo*: modo da certeza; (ii) *subjuntivo*:

---

8 Nos termos de Castilho (1968, p. 16), —o modo indica a atitude do sujeito em relação ao processo verbal, que pode ser encarado como algo real (indicativo), eventual (subjuntivo) ou necessário (imperativo).

modo da incerteza ou da possibilidade; (iii) *imperativo*: modo da ordem ou do desejo – quanto por recursos outros, como advérbios (*certamente, talvez*), operadores de modalidade (*é provável que, tenho certeza de que*) ou, caso de nosso objeto de estudo, construções de verbo auxiliar (*pode ser, deu para entender*).

Contrariamente à modalidade, a categoria de *aspecto* não dispõe de morfologia própria nas línguas românicas, característica decorrente de uma inovação da língua latina, que passou a organizar o eixo da conjugação verbal em torno do tempo e não do aspecto, como o faziam as línguas indo-europeias. Desse modo, quando pretende referir-se à duração ou mesmo às fases de desenvolvimento do processo temporal interno de uma estrutura verbal (COMRIE, 1976; TRAVAGLIA, TRAVAGLIA, 2016 [1981]; COSTA, 1990), o falante precisa, inevitavelmente, recorrer a um expediente analítico. Barroso (1994) avalia que

de entre os possíveis meios de que a nossa língua dispõe para a expressão do aspecto, o procedimento perifrástico representa o seu mais alto grau de sistematicidade. Esta propriedade provém da função instrumental que, na construção perifrástica, desempenha o verbo auxiliar, pois (cumulando simultaneamente as funções gramaticais de tempo, modo, voz, pessoa e número) funciona ele mesmo como um morfema do paradigma verbal que modifica a acção expressa pelo verbo conceptual a que está ligado (p. 55).

Em se tratando das construções objeto de nosso estudo, identificamos a função aspectual em contextos como aquele ilustrado em (3) e aqui repetido sob nova numeração apenas por comodidade do leitor:

(5) De uns tempos para cá, João *deu para agir* como se não me conhecesse.

Ao analisarmos a construção destacada em (5), percebemos que a ideia de que João mudou seu comportamento em relação ao falante, atitude reincidente desde então, não advém da soma dos significados de todos os itens do composto, mas emerge do conjunto. Além disso, notamos que essa construção codifica mais de uma noção aspectual, a saber, a mudança de um estado, apresentado em seus primeiros momentos (aspecto incoativo<sup>9</sup>) e a repetição do estado resultante da mudança (aspecto iterativo).

### 1.3 Variação e variante linguística

O pressuposto de que as línguas vivas não são entidades estáticas, mas dinâmicas e que, portanto, “uma língua determinada não é jamais, numa época, num lugar e num grupo social dados, idêntica ao que ela é noutra época, em outro lugar e em outro grupo social” (DUBOIS, 1973, p. 609) ganhou grande repercussão a partir dos trabalhos de William Labov sobre o inglês

---

<sup>9</sup> Embora concordemos com a tese de Travaglia (2016 [1981]) de que talvez a incoação seja a noção menos dependente de aspecto, para os propósitos deste trabalho, vamos, apoiando-nos em Castilho (1968), considerar as construções como incoativo-inceptivas, quando marcarem o ponto inicial do evento, seguido de uma mudança de estado.

falado na ilha de Martha's Vineyard, no Estado de Massachussets (Estados Unidos), na década de 1960. Por ter sido Labov quem mais veementemente insistiu “na relação entre língua e sociedade e na possibilidade, virtual e real, de se sistematizar a variação existente e própria da língua falada” (TARALLO, 1985, p. 7), quantificando e analisando estatisticamente os dados coletados, o modelo de descrição e análise linguística proposto por ele ficou conhecido como *sociolinguística quantitativa*, sendo ainda hoje bastante utilizado para se estudar fenômenos de variação.

Admitir, tal como proposto por Labov (1972), que as línguas são sistemas heterogêneos, dotados tanto de regras categóricas quanto de regras variáveis, implica assumir que existem formas distintas de se dizer a mesma coisa, preservando-se o mesmo valor de verdade, conforme ilustram as construções destacadas a seguir:

(6) a. Meu filho deu para fazer pirraça todas as vezes em que vamos ao shopping.

b. Meu filho deu pra fazer pirraça todas as vezes em que vamos ao shopping.

c. Meu filho deu de fazer pirraça todas as vezes em que vamos ao shopping.

Em todas as construções destacadas em (6), percebemos tanto a inceptividade quanto a iteratividade do evento descrito pela forma nominal de infinitivo (*fazer*), a despeito da mudança de preposição verificada entre (a/b) e (c). Logo, podemos afirmar que são formas equivalentes, já que o valor funcional de traduzir as duas noções aspectuais foi preservado nas três ocorrências. Tais construções são, portanto, *variantes linguísticas*, porque encerram maneiras distintas “de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade” (TARALLO, 1985, p. 8).

Fixadas as noções epistemológicas que sustentam nossa análise, passemos à descrição da metodologia que utilizamos para coleta e codificação dos dados.

## 2. Descrição da metodologia

Os dados de nosso estudo foram compilados do *Corpus do Português*, organizado pelo professor Mark Davies, BYU (2006), disponível *online* no sítio <http://www.corpusdoportugues.org>. Esse banco de dados contém cerca de 45 milhões de palavras em português, compreendidas entre os séculos XIV a XX, contemplando uma diversidade de tipos e de gêneros textuais. Além disso, possui uma extensão significativa e representativa, no que se refere aos dados da língua portuguesa (tanto português brasileiro como europeu), além de permitir que seus dados sejam manipulados por meio de ferramentas computacionais, o que se conforma a nosso objetivo de coletar a maior quantidade de dados possíveis, de forma direcionada.

Optamos por um estudo de natureza diacrônica delimitando nossa coleta aos séculos XVIII, XIX e XX, já que as primeiras ocorrências da construção gramatical foram identificadas

no século XVIII, além do que a distância temporal satisfatória para uma análise em tempo real é de, no mínimo, três séculos (LABOV, 2008 [1972]; BAILEY, 2002). Embora não seja nosso propósito estudar o processo de gramaticalização do verbo DAR de item lexical a gramatical, a opção por um trabalho de natureza diacrônica se fez necessária para tentarmos identificar o contexto de reanálise da construção, o que poderia nos dar algum indício acerca da seleção do liame preposicional.

Assim, para levantar as ocorrências das construções deste estudo, seguimos o procedimento de busca indicado no próprio sítio *Corpus do Português*, o qual nos levou à seguinte sintaxe de busca: [dar] [preposição] [vr\*]. Essa ferramenta de pesquisa nos permitiu localizar, no período delimitado, todas as ocorrências do verbo selecionado, em todas as suas flexões, seguido de preposição e de um verbo no infinitivo. Realizamos uma rodada de busca para cada tipo de preposição, a saber: “a”, “de”, “p(a)ra”, resultando em um total de 1.141 ocorrências. Recortamos as ocorrências identificadas, em seu contexto ampliado, e fizemos uma tabulação dos dados, utilizando o editor de planilhas Excel e as ferramentas de filtro e classificação nele disponíveis, objetivando identificar e eliminar dados repetidos ou que não representassem construções, mas apenas uma sequência verbal. Tomando como critério a funcionalidade da forma, classificamos as construções encontradas em duas grandes categorias: lexicais (verbo “dar” predicador) e gramaticais (verbo “dar” auxiliar). Apesar de ambas as categorias apresentarem a mesma estrutura, elas possuíam peculiaridades morfosintáticas, semânticas e, conseqüentemente, funcionais. Assim, separamos os tipos de construções existentes em cada categoria e, em seguida, separamos, dentro das respectivas categorias, aquelas que eram constituídas da preposição “p(a)ra” daquelas que eram constituídas da preposição “de”.

Após essas classificações, procedemos à comutação paradigmática das construções, a fim de verificar se se tratavam de formas variantes, isto é, se quando substituídas as preposições no paradigma, tendo em vista o contexto, as construções preservavam o mesmo valor de verdade, ou, contrariamente, apresentavam sentido ou valor funcional distinto. Assim, na frase “Agora, deu *de* falar mentira” se a substituição da preposição “de” pela preposição “pra”, “Agora, deu *pra* falar mentira”, não alterasse, naquele contexto, o sentido da frase, classificamos tais formas como variantes. Quando essa substituição implicava alteração de sentido ou função, tratamos como construções distintas: “Deu *pra* ir ao parque no domingo”, “Deu *de* ir ao parque no domingo”. Tendo em vista esse critério semântico (cf. LABOV 2008 (1972)), procedemos à tabulação e à quantificação das ocorrências, separando-as por século e por tipo/funcionalidade para verificar o período de surgimento na língua de cada tipo construcional, bem como sua produtividade diacrônica. De posse da quantificação e da classificação de dados, *tokens*, para cada tipo, *type* (construções lexicais e gramaticais) referente a cada século, passamos à normalização da frequência.

Em seguida, para tornar aos resultados mais significativos para o leitor, recorreremos à frequência relativa, transformando os dados absolutos em percentuais. No que se refere à análise

qualitativa, de posse da quantificação dos *types* de cada construção encontrada, traçamos um paralelo entre os elementos da construção: o verbo auxiliar, a preposição e o verbo no infinitivo. Contrapondo os dados quantitativos e qualitativos, tentamos estabelecer, conforme proposta de Goldberg (1995), as possíveis relações por meio das quais as construções e os seus elementos se relacionam, buscando explicar a motivação para a expressão da modalidade e do aspecto cumulativo, levando em conta as relações sintagmáticas e paradigmáticas dessas estruturas ao longo do tempo.

### 3. Apresentação e discussão dos resultados

O levantamento de dados no *Corpus do Português* nos três séculos delimitados para o estudo nos permitiu identificar um padrão geral para nossas construções, a saber: [V1<sub>DAR</sub> + preposição + V2<sub>INFINITIVO</sub>]. Esse padrão mais amplo, contudo, congrega quatro *types* de construções, conforme ilustram estes exemplos, extraídos dos dados:

(7) “A distinção entre esquerda e direita perde sentido se uma das duas cessa de existir. Sem dizê-lo diretamente, Bobbio *dá a entender* que, historicamente, isso jamais ocorreu.” (séc. XX, grifos nossos)

(8) “O feitor foi dizer a seu amo que era preciso *dar de beber* aos músicos, e receber a visita dos parentes e mais lavradores”. (séc. XIX, grifos nossos)

(9) “O sujeito já *deu pra beber*, está jogando, e, tolo, bem tolo, vendeu-se à Supi.” (séc. XIX, grifos nossos)

(10) “Não se podia dizer que fosse de mau modo, mas *dava pra ver* que era má vontade [...]” (séc. XX, grifos nossos)

As construções destacadas em (7) e em (8) foram categorizadas como construções lexicais, uma vez que não desempenham uma função gramatical e que preservam, ainda que parcialmente, a estrutura argumental da forma plena, o que permite ao verbo DAR atuar na seleção argumental do sujeito. Já as construções destacadas em (9) e em (10) foram categorizadas como gramaticais, pois o verbo DAR é semanticamente vazio, não participa da seleção argumental do sujeito, funciona como um verbo auxiliar e contribui para codificar as funções gramaticais de marcador de aspecto e de modalidade, respectivamente.

Dessa análise preliminar, fica claro que, apesar de parecerem estruturalmente semelhantes, tais construções não se equivalem do ponto de vista funcional, o que nos leva a propor que são construções distintas e que, portanto, tal como previsto pelo *Princípio da não-sinonímia* (GOLDBERG, 1995), devem apresentar alguma idiosincrasia na forma. No intuito de identificar essas idiosincrasias e de descrevê-las mais fielmente, trataremos das construções lexicais na subseção 3.1 e, na subseção 3.2, dedicar-nos-emos às construções gramaticais.

### 3.1. Análise das construções lexicais

As construções lexicais com o verbo DAR identificadas na coleta de dados, como já revelado nas considerações iniciais, apresentaram dois padrões de forma, o que nos levou a categorizá-las como dois *types* e, conseqüentemente, como duas construções:

(11) “Mas minha mãe, infelizmente, assim o entende e eu não sei o que sinto desde que esse maldito Barão apareceu em nossa casa: o coração vaticina-me que esse homem há de ser a causa da nossa desgraça; é viúvo, rico e sem filhos; e minha mãe já me *deu a entender* que era ele o único que poderia fazer a minha felicidade”. (*Corpus do Português*, séc. XX, grifos nossos)

(12) “Aparecera no Açú um homem que não queria coisa nenhuma. Podia ter uns trinta anos e era escuro, com os cabelos cobrindo as orelhas. Trazia uma viola e uma bolsa com uma rede suja. Ficara dormindo no mercado e o Major Evangelista lhe *dava de comer*”. (*Corpus do Português*, séc. XX, grifos nossos)

(13) “O feitor foi dizer a seu amo que era preciso *dar de beber* aos músicos, e receber a visita dos parentes e mais lavradores”. (*Corpus do Português*, séc. XIX, grifos nossos)

A análise dos dados acima sinaliza para, ao menos, duas diferenças básicas entre as construções: (i) o liame preposicional distinto entre aquela destacada em (11) e aquelas destacadas em (12) e em (13); além disso, tal liame não pode ser intercambiado, sob pena de se alterar o sentido; e (ii) graus distintos de abstração da forma verbal. Embora, nos dois tipos de construção, o verbo DAR participe da seleção argumental do sujeito, o que implica admitir que ambos os tipos de construção caracterizam-se sintaticamente pelo traço [ + suj], na construção exemplificada em (11), o sentido do predicador verbal é mais abstrato que aquele verificado nas construções cristalizadas ilustradas em (12) e em (13). Desse modo, enquanto nos dois últimos casos a noção de transferência evoca algo concreto (comida e bebida, respectivamente), em (11), essa noção é bastante abstrata, já que decorre de uma insinuação da mãe para a filha. Ademais, a construção cujo predicador tem sentido mais abstrato pode ser substituída por uma forma verbal simples (*insinuar*, por exemplo), ao passo que aquelas cujo predicador conserva o sentido de transferência de algo concreto não encontram correspondente numa forma verbal simples. Tal impossibilidade parece estar estritamente relacionada à alteração de estrutura argumental do verbo DAR, quando empregado em sentido mais abstrato, prescindindo, assim, de complemento direto. Em face dessas especificidades, estamos propondo que a construção ilustrada em (11) seja categorizada como uma *mesoconstrução* pelo fato de já ter perdido propriedades semânticas concretas que incidiram sobre suas propriedades argumentais, mas não ter ainda incorporado propriedades gramaticais, o que poderá ou não vir a acontecer no curso da história da língua. Na esteira de Bechara (1999), estamos tratando as construções de (12) e de (13) como *formas cristalizadas*, que aparecem, inclusive, dicionarizadas. Uma particularidade sintática dessas construções em relação àquela denominada *mesoconstrução*

diz respeito ao apagamento do complemento acusativo. Notamos, tanto nas construções cristalizadas quanto na *mesoconstrução*, a presença do complemento dativo, mas, enquanto nas construções cristalizadas o complemento acusativo apagado pode ser recuperado, expediente que assegura a legibilidade da sentença, na *mesoconstrução*, seu apagamento não é sequer sentido pelo falante, o que nos faz pressupor que a estrutura argumental do verbo já tenha se alterado em função da abstração. De acordo com Bechara (1999, p. 413), alguns verbos, em virtude de sua alta frequência e conseqüente previsibilidade, podem aparecer “desacompanhados de seus argumentos ou complementos, implícitos na oração designada pelo verbo, mas que a nossa experiência recupera: enchi o copo [sabe-se que se trata de um líquido]”. No caso das construções de forma cristalizada, o verbo preserva seu sentido etimológico mais concreto, requerendo, portanto, dois complementos, mas a legibilidade da forma é assegurada pelo fato de que, embora o complemento direto não apareça formalmente preenchido na sentença, o verbo tem sua estrutura argumental saturada cognitivamente, por meio do conhecimento partilhado.

Se nossa análise está adequada, uma questão que se coloca, então, é como explicar a diferença de preposição entre as duas construções e, mais ainda, como explicar o fato de a preposição A, que incorpora a estrutura argumental de DAR (alguém dar algo a alguém), não ocorrer na construção cristalizada, que é justamente a que possui sentido mais concreto. Como defendido por Goldberg (1995), as alterações de estrutura argumental decorrem de propriedades das construções de que participam. No caso das construções de que nos ocupamos, algumas, como parece ser o caso daquelas de estrutura cristalizada, emergem do chamado “emprego absoluto” do verbo DAR (BECHARA, 1999) num contexto de finalidade. Como discutiremos mais à frente, o contexto de reanálise das nossas construções é um contexto de oração final reduzida de infinitivo. Um resquício da noção de finalidade tributária desse contexto pode ser recuperado nas construções cristalizadas, já que *dar de comer* e *dar de beber* correspondem, respectivamente, a dar algo *para que* alguém coma ou beba. Nesse caso, como dissemos, é o nosso conhecimento de mundo que nos possibilita recuperar o complemento acusativo do verbo DAR (bebida/comida), omitido no contexto. Foi, pois, esse apagamento do objeto que permitiu que o verbo se justapusesse à oração de finalidade anteposta ao complemento dativo, promovendo a reanálise da estrutura  $V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}$   $V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}$  na construção cristalizada “dar de beber”, raciocínio que ilustramos no quadro a seguir:

**QUADRO 1 - Verbo DAR em contexto de finalidade com preposição “de”**

O feitor	deu	bebida	de/para beber	aos músicos
↓	↓	↓	↓	↓
sujeito	Verbo (uso absoluto)	argumento 1 implícito	oração final	argumento 2
O feitor	deu	Ø	de/para beber	aos músicos

Fonte: Elaborado pela autora.

O contexto de reanálise ilustrado acima sinaliza para um processo de variação atuando no liame preposicional, já que a preposição DE pode substituir a preposição PARA, preservando-se o mesmo valor de verdade. Esse processo de variação que envolve as preposições A, DE e PARA na regência do verbo DAR tem explicação histórica e se deve ao fato de as três preposições traduzirem movimento, que é uma noção cognitiva implicada na saturação desse predicador verbal. Além do fato de as três preposições satisfazerem essa exigência da predicação, elas se imbricam também sob o ponto de vista etimológico. Segundo nos ensina Said Ali (1966 [1921]), empregava-se a preposição A no latim (AD), “para enunciar o conceito de direção ou movimento para algum ponto, de aproximação e final junção de uma coisa a outra. Este mesmo sentido vive ainda em nossa preposição *a*, apesar da concorrência de *para*, que lhe cerceia por vezes o emprego” (SAID ALI (1966 [1921], p. 211). Pontes (1999) atesta essa concorrência, sobretudo em contextos de dativo, e afirma que a preposição *a* sobrevive na língua portuguesa apenas em sentido metafórico, tendo desaparecido seu emprego em sentido mais etimológico de lugar. Por seu turno, conforme Said Ali (2001 [1921]), a preposição DE era uma das mais frequentes no latim, por ter diversos usos. Ela era empregada, nesse idioma, na sua função primitiva, para especificar um tipo de movimento, tarefa que dividia, inicialmente, com a preposição AD (MAURER JR., 1959; SAID ALI, 1966 [1921]). No latim, essa preposição comunicava

afastamento no sentido “de cima para baixo”, diferindo de *ab* que significava afastamento no sentido horizontal. Excetuando-se, porém na prática os movimentos segundo linhas mais ou menos inclinadas, desfazia-se o sentimento rigoroso das noções “vertical” e “horizontal” e *de* se confundia com *ab*. [...] Muito antes de anexado por completo o domínio semântico das duas outras partículas, para o quê concorreu principalmente o latim vulgar, se diferenciara do sentido de afastamento e procedência contido em *de* o conceito de “referente”, “a propósito de” usado em *de aliquo loqui* (SAID ALI, 2001 [1921]:155).

Assim, neutralizada já no latim a distinção dos tipos de movimento demarcados por duas preposições distintas, promoveu-se a variação entre as partículas DE e AD, permitindo que a preposição DE incorporasse, também, a função de anunciar uma relação de propósito, em contextos de finalidade.

A preposição PARA, forma mais prototípica para estabelecer, na contemporaneidade, uma relação de finalidade, resulta da fusão de duas preposições latinas: *per* e *ad*. A preposição *per*, que entra nessa composição, já estava desgastada e acabou sendo suplantada, no latim, pela preposição *pro* (do latim *pro*) de cuja fronteira semântica proveio o sentido de “em favor de”, do qual se originou o de “fim” ou “intenção”, que sobrevive hoje nas nossas construções de finalidade. Vê-se, pois, que esse é um processo de variação que atravessa séculos, o que justifica tanto a variação que registramos em alguns contextos, como a distribuição complementar presente em outros. Conforme passamos a demonstrar na subseção seguinte, a reanálise desse

contexto de finalidade introduzido pela preposição PARA foi responsável pela criação de duas construções gramaticais bastante próximas, mas funcionalmente distintas, enquanto a reanálise em contexto de finalidade introduzido pela preposição DE originou as construções lexicais cristalizadas, tal como acabamos de demonstrar.

### **3.2. Análise das construções gramaticais**

Como antecipamos, parece ter sido o mesmo contexto de finalidade descrito na subseção precedente, introduzido, contudo, pela preposição PARA que permitiu a reanálise do verbo DAR de predador a marcador de modalidade e aspecto, hipótese que se reforça em face da presença categórica dessa preposição nos contextos de modalidade, conforme passamos a ilustrar diacronicamente:

(14) “[...] & este silencio falla muyto, no muyto que nos dá para considerar quam escondida esteve a Omnipotencia Divina; ensinava, que antes de ensinar he necessario humilhar, & callar muyto. [...]” (Corpus do Português, séc. XVIII, grifos nossos).

(15) “Tava pesada como o todo. Num dava pra carregar tudo ao mesmo tempo.” (Corpus do Português, séc. XX, grifos nosso)

De acordo com Silva (2018), no exemplo (14), temos um contexto de ambiguidade em que a construção destacada suporta duas leituras: (i) o silêncio nos fornece muita informação para avaliarmos quão escondida esteve a onipotência divina ou, ainda, (ii) o silêncio nos permite (dá a possibilidade de) avaliar quão escondida esteve a onipotência divina, o que configura uma leitura modal. Em (15), temos outra construção modal menos opaca, que nos propicia alcançar o julgamento do enunciador diante de uma situação considerada por ele como impossível de ser realizada. Além disso, enquanto na construção ambígua e, como tal, em processo de gramaticalização, dependendo da leitura, ainda é possível recuperar um eventual sujeito (o silêncio), na construção modal já gramaticalizada, o que se verifica é uma neutralização da marca referencial de sujeito (quando este é foneticamente realizado ou não), expediente que possibilita ao enunciador justificar o fato de não ter realizado alguma ação, ou de não ser capaz de fazê-lo. Dessa forma, no intuito de preservar sua face, não se assumindo como o responsável por uma ação “não cumprida”, algum insucesso ou mesmo um fato negativo, o enunciador se vale do recurso da modalidade para construir a sentença, não demarcando, assim, o sujeito do evento expresso pela construção modal, o que o torna generalizado e, conseqüentemente, desconhecido e indeterminado, porque não é passível de identificação referencial.

Nas construções aspectuais, por seu turno, ao contrário do que ocorre nas modais, observamos uma indispensabilidade de se demarcar o sujeito, dada a necessidade de se evidenciar o ser que passou por uma mudança de estado:

(16) “Que disse eu? - perguntou Margarida, com perturbação. - Alguma coisa, algumas palavras soltas, certo nome, de que eu ao princípio fiz pouco ou nenhum caso, mas em que depois me deu para cismar. E tanto cismeí, e tanto cismeí, que afinal descobri, minha pobre Guida. - O quê? - Que esse teu coração não era, por fim, o que se supunha.” (Corpus do Português, séc. XIX, grifos nossos).

(17) “Agora deu para falar com o demo. Leva a noite resmungando.” (Corpus do Português, séc. XX)

Em (16), notamos que a construção destacada instaura uma noção aspectual que denota uma mudança de estado do sujeito, o qual passa a pensar muito em determinado assunto, atitude que não ocorria antes e que se repete ao longo de um intervalo de tempo. Vê-se, pois, que a construção de que o verbo DAR participa denota tanto a mudança de um estado com o conseqüente início de um novo evento, como a repetição desse evento no curso de um determinado tempo. Temos, então, nessa construção, um acúmulo de noções aspectuais, quais sejam, o valor aspectual incoativo, que marca o início da ação e a mudança de estado do sujeito (de “não cismado” para “cismado”), e o aspecto iterativo, que marca sua repetição ou reincidência. Em (17), apesar de não termos um sujeito foneticamente realizado, é possível recuperá-lo por meio da desinência verbal (3ª pessoa do singular). Nesse exemplo, o contexto e o adjunto adverbial de tempo são fundamentais para autorizar a leitura aspectual da construção, desfazendo qualquer possibilidade de dúvida em relação à construção modal que, como observamos, prescinde de sujeito. Nossa análise comprova, então, que, segundo prevê o *Princípio da não-sinonímia*, sentidos/funções distintos devem necessariamente ser codificados por formas distintas. Desse modo, a despeito de haver uma coincidência na estrutura  $[V_{\text{DAR}} + \text{P(A)RA} + V_{\text{INFINITIVO}}]$ , é possível falar em duas construções gramaticais distintas, dado que as diferenças funcionais são asseguradas por distribuição complementar quanto ao tipo de sujeito. Assim, enquanto nas construções modais o sujeito é [- determinado], nas construções aspectuais, necessariamente, ele é [+ determinado], o que nos leva às seguintes representações construcionais:

(i) Construção modal: [Sujeito indeterminado +  $V_{\text{DAR}}$  + preposição +  $V_{\text{INFINITIVO}}$ ]

(ii) Construção aspectual: [Sujeito determinado +  $V_{\text{DAR}}$  + preposição +  $V_{\text{INFINITIVO}}$ ]

Essa pluralidade funcional identificada nas construções do português é também, de acordo com Anderson (2006), altamente produtiva em outras línguas como o turco, por exemplo, e decorrem do fato de o verbo DAR participar de um *esquema de evento de ação*, nos termos do autor. Segundo ele, os verbos desse tipo “incluem várias categorias aspectuais ou Aktionsart (incoativo, ação imediata, perfectivo, etc.) bem como uma gama de categorias modais” (p. 352, tradução nossa<sup>10</sup>), o que justifica, então, o fato de uma similaridade de forma

10 Do original: “These include various aspectual or Aktionsart categories (inchoative, immediate action, perfect(ive), etc.) as well as a range of modal categories” (ANDERSON, 2006, p. 352).

[V<sub>DAR</sub> + P(A)RA + V<sub>INFINITIVO</sub>] resultar em duas construções funcionalmente distintas, sendo ainda a construção aspectual capaz de codificar mais de uma fase do evento.

Por fim, outra particularidade das construções gramaticais que analisamos diz respeito à (im)possibilidade de variação do liame preposicional. Assim, enquanto nas construções modais temos um contexto categórico de ocorrência da preposição PARA, em se tratando das construções aspectuais, identificamos um contexto de variação entre as preposições DE e PARA, conforme ilustram estes dois dados do *corpus*:

(18) “O fato é que ela *deu de juntar dinheiro* para ir ao menos a um espetáculo, sempre que havia companhia”. (*Corpus do Português*, séc. XX)

(19) “Maximina ficava mais alegre, os olhos ficavam vermelhos e ela *dava para falar*, ela que de costume era quieta e desconfiada”. (*Corpus do Português*, séc. XIX)

Em ambos os contextos, o intercâmbio de uma preposição pela outra preserva o mesmo valor de verdade, o que, em termos labovianos, assegura a variação e confere a cada uma das preposições o estatuto de variante linguística no contexto. Em face de mais essa especificidade, podemos, pois, refinar ainda mais as representações construcionais de cada *type* gramatical que há pouco propusemos nos seguintes termos:

(iii) Construção modal: [Sujeito indeterminado + V<sub>DAR</sub> + P(A)RA + V<sub>INFINITIVO</sub>]

(iv) Construção aspectual: [Sujeito determinado + V<sub>DAR</sub> + P(A)RA/DE + V<sub>INFINITIVO</sub>]

Visando a identificar qual das duas preposições era mais frequente na construção aspectual, computamos suas frequências diacrônicas no contexto, o que nos levou aos percentuais dispostos na tabela abaixo:

**TABELA 1** - Análise da frequência diacrônica dos *types* preposicionais da categoria *aspectual*

Type preposicional	Séc. XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Frequência total
de	0	4,13%	19,30%	11,18%
p(a)ra	100%	95,87%	80,70%	88,82%
<b>Total</b>	0,45	4,84	4,82	10,11

Fonte: Dados coletados

A partir da frequência diacrônica dos *types* preposicionais identificados em nosso *corpus*, percebemos que a preposição PARA é não apenas mais produtiva, como também parece ser mais antiga na função de concorrer para a demarcação do aspecto em construções de auxiliar com o verbo DAR, o que reforça nossa tese de que o contexto de reanálise que originou tanto a construção modal quanto a construção aspectual seja um contexto de finalidade introduzido por PARA + infinitivo. Esses dados apontam, ainda, para uma possível emergência da preposição DE nessa função no século XIX, já que ela não foi identificada nos dados do século XVIII. Além disso, na passagem do século XIX para o século XX, notamos um possível processo de

concorrência entre as duas preposições, uma vez que se registra um aumento da frequência da preposição DE acompanhado de uma redução da frequência da preposição PARA. Avaliamos, contudo, que o fato de a preposição PARA ser mais frequente esteja intimamente ligado à sua etimologia. Sendo ela o resultado da adição de *per + ad*, indicando a ideia de “demora” ou “permanência” (BECHARA, 1999), é previsível que tais noções, remanescentes de sua história do latim ao português, sejam evocadas não apenas para denotar a ideia de duração, como também o traço iterativo das construções aspectuais, o que faz com que, nesse contexto, PARA seja mais previsível que a preposição DE, embora possam também se alternar.

### Considerações finais

O estudo da estrutura  $[V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}] [V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}]$  que nos propusemos a empreender a partir da análise de dados compilados do *Corpus do Português* nos permitiu formular algumas generalizações a respeito dessas construções, as quais sistematizamos no quadro a seguir:

**QUADRO 2**– Comparativo entre os usos do verbo DAR na estrutura  $[V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}] [V_{DAR} + preposição + V_{INFINITIVO}]$

Categorização	Construções Lexicais		Construções gramaticais	
	Mesoconstrução	Construção cristalizada	Modal	Aspectual
<b>Exemplo</b>	(Ele) <i>deu a entender</i> que ela é feia.	(Ele) <i>deu de comer</i> aos meninos.	<i>Deu p(a)ra</i> ir à academia hoje.	Ele <i>deu de/para mentir</i> para a mãe.
<b>Sujeito</b>	[Suj. ±determinado]	[Suj. ±determinado]	[Suj. - determinado]	[Suj. + determinado]
<b>Preposição</b>	a	p(a)ra	p(a)ra	de/p(a)ra
<b>Possibilidade de substituição por um verbo correspondente</b>	sim	sim	não	não

Fonte: Elaborado pelas autoras

O quadro acima nos permite afirmar que as construções aqui analisadas apresentam peculiaridades formais que as distinguem em termos semânticos e pragmáticos, possuindo, assim, diferenças substanciais em sua forma, tal como previsto pelo *Princípio da não-sinonímia*. Nos termos de Traugott; Trousdale (2013), as construções [Sujeito determinado +  $V_{DAR}$  + preposição +  $V_{INFINITIVO}$ ], aspectuais, se apresentam como um bloco cognitivo (chunk), apresentando um alto nível de entrenchamento e consequente perda da composicionalidade. Assim, as construções [Sujeito +  $V_{DAR}$  + p(a)ra +  $V_{INFINITIVO}$ ] e [Sujeito +  $V_{DAR}$  + de +  $V_{INFINITIVO}$ ] variam na língua, pois apresentam a mesma função, indicando uma mudança construcional. Em alguns casos, o contexto propicia além de uma mudança na forma, uma mudança também no sentido da construção, o que configura em uma construcionalização, isto é, um novo par

de forma-sentido na língua, o que sinaliza uma distinção entre [Sujeito determinado + V<sub>DAR</sub> + preposição + V<sub>INFINITIVO</sub>] e [Sujeito indeterminado + V<sub>DAR</sub> + preposição + V<sub>INFINITIVO</sub>], que, em termos formais, se distinguem em relação à ausência ou presença do sujeito, respectivamente.

Além disso, é possível identificar um padrão característico para cada uma das construções identificadas:

- (i) as *construções lexicais* podem ser substituídas por uma forma verbal simples e permitem tanto um sujeito determinado quanto um sujeito indeterminado;
- (ii) já as *construções gramaticais* não encontram correspondente numa forma verbal simples, além de o tipo de sujeito ser determinante para definir se a função é modal ou aspectual.
- (iii) No que toca ao *tipo de preposição que entra no composto*, percebemos que, em se tratando de construções lexicais, as preposições A e P(A)RA estão em distribuição complementar, já que o uso da preposição DE configura uma *mesoconstrução* e o uso de P(A)RA produz uma expressão cristalizada; em se tratando das construções gramaticais, o que distingue basicamente a construção modal da aspectual é o fato de esta exigir um sujeito determinado, enquanto aquela requerer um sujeito indeterminado.
- (iv) No que tange à *possibilidade de variação no liame preposicional*, a construção modal se mostrou um contexto categórico para a preposição PARA, enquanto a construção aspectual é um *locus* de variação para as preposições PARA e DE, com preferência para a preposição PARA. Essa maior produtividade da preposição PARA nas construções gramaticais é um legado do contexto de reanálise que as originou: oração final formada de PARA + infinitivo.

A partir dessas generalizações, avaliamos que nosso objetivo foi alcançado e que, apesar das limitações do estudo, contribuímos, em alguma medida, para a descrição das categorias gramaticais e para o estudo da variação construcional e da gramática de construções baseada no uso.

## Referências

- ANDERSON, G. D. S. *Auxiliary verb constructions*. New York: Oxford University Press, 2006.
- BAILEY, G. Real and apparent time. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell, 2002.
- BARROSO, H. *O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo: visão funcional/sincrónica*. Porto: Porto Editora, 1994.

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOLINGER, D. *Entailment and the meaning of structures*. *Glossa*, 2, 1968. p. 119-127.
- CASTILHO, A. de. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Marília, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968. (Coleção de Teses, 6).
- CLARK, E. V. The Principle of Contrast: A Constraint on Language Acquisition. In B. MacWhinney (ed) *Mechanisms of Language Acquisition*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates. 1987.
- COMRIE, B. *Aspect: A introduction to the study of verbal aspect and related problems*. New York: Cambridge University Press, 2001 [1976].
- COSTA, S. B. B. *O aspecto em português*. São Paulo: Contexto, 1990.
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. J. *Corpus do Português: 45 milhões de palavras, 1300s a 1900s*. 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>> Acesso em: 23 jan. 2016.
- DUBOIS, J. et ali. *Dicionário de linguística*. 16ª ed. São Paulo: Cultrix, 2011. 653 p. (Publicado originalmente em francês, sob o título Dictionnaire de linguistique. Paris: Larousse, 1973), [trad. Frederico Pessoa de Barros, Gesuina Domenica Ferretti, John Robert Schmitz, Leonor Scliar Cabral, Maria Elisabeth Leuba Salum, Valter Kehdi.].
- FISCHER, O. *Grammaticalization as analogically drive change?* Vienna English Working Papers, v. 18, n.2, 2009, p. 3- 23.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Constructions at Work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HAIMAN, J. *Natural syntax: iconicity and erosion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível em: <<https://doi.org/10.1038/317106d0>.<https://doi.org/10.1038/315115a0>>. Acesso em 26 jun.2017.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos* (Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso). São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].
- MACWHINNEY, B. Competition and Lexical Categorization. In *Current Issues in Linguistic Theory 61: Linguistic Categorization*. Amsterdam: John Benjamins. 1989.
- MAURER JUNIOR, T. H. *Gramática do latim vulgar*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- NEVALAINEN, T.; PALANDER-COLLIN, M. *Grammaticalization and sociolinguistics*. In:

NARROG, H.; HEINE, B. (eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1-8, *Online*.

POPLACK, S. Grammaticalization and linguistic variation. In: HEYNE, B.; NARROG, H. *Handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 209-224. Disponível em: <<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199586783.001.0001/oxfordhb-9780199586783>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 8. ed. rev.e atual. por Mario Eduardo Viaro. São Paulo: Companhia Melhoramentos: Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1921].

SILVA, S. E. P. *A construção verbal VI DAR + PREPOSIÇÃO + V2 INFINITIVO: um estudo na interface Sociolinguística e Gramaticalização*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 98. 2018.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. São Paulo, Ática, 1985.

TRAUGOTT, E; TROUSDALE, G. *Constructionalization and constructional changes*. Oxford, Oxford University Press, 2013.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão*. 5.ed. Uberlândia: EDUFU, 2016 [1981]. 316 p.